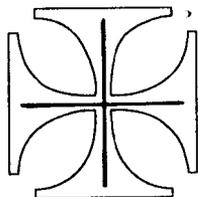


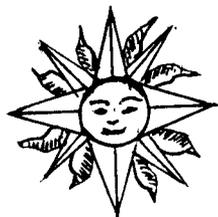
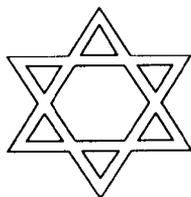
SÉRGIO OLIVEIRA

**A
FACE OCULTA
DE
SACRAMENTO**

PORTUGAL



ESPAÑA



© 1993 — REVISÃO EDITORA LTDA.
Rua Voltaire Pires, 300
90640-160 Porto Alegre-RS, Brasil

Por tratar-se de documentos históricos, permite-se a reprodução parcial, solicitando-se a citação da Obra e Autor.

INTRODUÇÃO

A História é ciência importante não apenas pelo fato de registrar memórias, de manter vivo o passado. Ela é uma fonte permanente de dados e informações que permitem, muitas vezes, antever o futuro. Disse, com muita propriedade, Eduardo GALEANO, o respeitável autor de "As Veias Abertas da América Latina":

"A História é um profeta com os olhos voltados para trás, pelo que foi e contra o que foi, anuncia o que será..."

Talvez por isso, muitas vezes se procurou impedir que as pessoas tivessem acesso à verdade histórica. Elites que se intitulavam e/ou se intitulam, ainda, guardiãs do pensamento das massas, trataram, zelosamente, de redigir e difundir "versões oficiais" de episódios históricos, com propósitos ideológicos e/ou econômicos.

Foi isto o que ocorreu na Alemanha nazista, na União Soviética marxista e, mais recentemente, no regime autoritário brasileiro. É isto o que ocorre em nossa Pátria dos dias atuais, embora se diga que prospere aqui a democracia e suas mais autênticas virtudes, como a liberdade de pensamento e expressão.

O revisionismo histórico da Segunda Guerra Mundial e de outros episódios da senda da humanidade, por mais absurdo que possa parecer, continuam no índice das coisas proibidas, semeando em pleno século da cibernética o obscurantismo da Idade Média.

Aos que postulam o "*é proibido proibir*", argumentam com o "*é proibido contrariar*". É vedado duvidar das "versões históricas oficiais", desde que isto signifique contrariedade para as elites que se auto-guindaram à condição de "guardiãs da História" ou da consciência alheia.

Aguardam-se, com ansiedade, as sentenças dos processos

movidos contra o editor-revisionista S.E.CASTAN. Duas coisas poderão acontecer: ou se garante a efetividade e eficácia do texto constitucional brasileiro, assegurando a liberdade de expressão, ou se convoca o povo, como em outras épocas e em outros espaços geográficos, a participar em praça pública da queima de obras “proibidas”.

Enquanto isso, continua-se a difundir “versões históricas oficiais”, repletas de mentiras ou de meias verdade, com o fito de defender interesses muitas vezes escusos. Exemplo claro disto é o “*Resgate a Sacramento*”, liberado pelo Banco Real e pelo jornal Zero Hora, de Porto Alegre. Duvidamos — vamos soletrar bem — d-u-v-i-d-a-m-o-s que dentre os muitos textos selecionados e publicados, investigue-se a fundo a questão do contrabando que afundou a Colônia de Sacramento na corrupção, determinando, em consequência, o sepultamento do sonho da Coroa portuguesa em debruçar os limites meridionais do Brasil nas águas do Prata. Inúmero geopolíticos patricios, como Therezinha de Castro, Carlos de Meira Mattos e Limeira Tejo, viram na empreitada portuguesa do século XVII um descortino digno dos grandes estadistas, embasada em princípios de uma ciência que só iria ganhar contornos definitivos, em pleno século XIX, através de Ratzel, Kjellen, Haushofer, Spykman, Mackinder e Mahan, dentre outros.

No dia 25 de setembro de 1993, o Caderno Especial nº 2, de Zero Hora, da série “Resgatando Sacramento”, publicou um texto intitulado “*A diplomacia vence a força das armas*”. Nele, há um trecho bem sugestivo:

“Em três meses de trabalho, Teixeira Duarte tinha concluído as obras iniciais e decidiu passar o cargo ao tenente Cristóvão Ornellas, integrante da frota. Ornellas governou de 1683 a 1689, mas afundou Colônia na corrupção ao montar uma rede de contrabando em Buenos Aires.”

Menciona-se a existência de uma rede de contrabando. Confirma-se a corrupção que iria solapar o ideal português do Prata. Mas não se aprofunda o estudo. Pára-se por aí, porque o continuar implicaria em pisar em solo minado de areias movediças. não há interesse em revolver A FACE OCULTA DE SACRAMENTO.

Nossa curiosidade, nosso instinto revisionista, foram, todavia aguçados. Mergulhamos na sempre agradável e

compensadora tarefa de pesquisa e conseguimos revolver, em boa parte, a poeira que estava a encobrir A FACE OCULTA DE SACRAMENTO.

Eis o que conseguimos averiguar.

A diplomacia vence a força das armas

□ O que Espanha conseguiu pelas armas, Portugal desfez com habilidosa diplomacia. A 31 de dezembro de 1681, no final da Conferência de Badajoz, em Madri, a coroa portuguesa conseguiu a devolução da Colônia do Sacramento e, não deixando dúvidas da sua superioridade política, impôs até um castigo ao governador de Buenos Aires, José Garro e Astola, por ter agido militarmente. A 25 de janeiro de 1683, o novo governador do Rio de Janeiro, Duarte Teixeira Chaves, aportava no Rio da Prata, exatos três anos depois do desafortunado Manuel Lobo ter fundado Colônia.

Teixeira Chaves se deparou com um vilarejo arrasado, abandonado. O governador do Rio de Janeiro estava acompanhado por 400 soldados, oficiais e vários colonos. De armamento, 16 canhões em carretas, arcabuzes, granadas, bombas, porco-espinho (espécie de mina para trincheiras) e 55 barris de pólvora. Os alimentos estavam calculados para durar um ano. 2.300 alqueires (antiga medida de sacaria, equivalente a 36,27 litros) de farinha, 103 caixas de feijão, arroz, barris de azeite e bebidas.

Em três meses de trabalho, Teixeira Duarte tinha concluído as obras iniciais e decidiu passar o cargo ao tenente Cristóvão de Ornellas, integrante da frota. Ornellas governou de 1683 a 1689, mas afundou Colônia na corrupção ao montar uma rede de contrabando com Buenos Aires.

In: Zero Hora

Sábado 25/Setembro/1993

Caderno Especial Nº 2

“Resgatando Sacramento”

I — DOIS SÉCULOS ANTES

A Coroa Portuguesa do início do século XVI tinha os olhos voltados para as Índias, pouco se importando com a colonização das recém-descobertas terras da América. Por isso, limitou-se a mandar para cá degredados. Informa Pedro CALMON: "Entre os primeiros degredados chegados ao Brasil, incluíam-se 250 casos de desterro previstos nas Ordenações, sobretudo por judaísmo..."⁽¹⁾

Esses degredados, segundo o padre Loretto COUTO, eram "gente de mau viver"⁽²⁾, que logo renunciaram o trato de terra para tornarem-se negociantes. Prosperaram, em época mais recente, no Rio Grande do Sul, as áreas de colonização alemã e italiana. Esvaziaram-se, logo, as colônias israelitas de Philippson (Santa Maria e Quatro Irmãos (Erexim), repetindo o que se verificara no início da colonização brasileira. Citando epígrafe da Nova Enciclopédia Internacional, Henry FORD dizia que "entre as características mais salientes da raça hebréia, devemos citar: aversão acentuada a todo trabalho material que importe em fadiga...; astúcia e perspicácia para a especulação, principalmente em assuntos de dinheiro; gozo íntimo dos prazeres decorrentes de uma elevada posição social..."⁽³⁾

"Talvez a origem israelita do comércio brasileiro motivasse aquela invencível antipatia do agricultor contra o mercador."⁽⁴⁾ E não podia ser diferente, pois enquanto um mourejava, o outro ficava com o lucro. Intermediários ou atravessadores existiam já nos primórdios deste pobre país! É Capistrano de ABREU quem diz: "De fato os judeus dominavam o grosso trato da Bahia, por ocasião da primeira Visitação do Santo Ofício em 1591."⁽⁵⁾ Um francês em viagem pela Bahia, mais ou menos naquela época, registrou que a Inquisição não se instalou ali... "mais il n'y a point d'Inquisition, ce qui est cause qu'il y a si grand nombre de "christianos nuevos", que sont

(1) Pedro CALMON. História Social do Brasil. Tomo I. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1937, p. 24-25.

(2) Loretto COUTO. Diálogo das Grandezas do Brasil. Edição da Academia Brasileira de Letras, s. d., p. 142.

(3) Henry FORD. O Judeu Internacional. Globo, Porto Alegre, 1935, p. 9.

(4) Capistrano de ABREU. Denúncias da Bahia. Ed. Capistrano, p. 214.

(5) Idem, p. 214.

juifs ou race de juifs faits christians...”(6)

Não é bem precisa a época em que os judeus se estabeleceram na Península Ibérica, mas os historiadores, em sua maioria, afirmam que no início da era atual já existiam colônias judias em Portugal e na Espanha. Conforme mudava o humor dos senhores da Península, seu relacionamento com os mesnios passava por fases boas ou más. Nas diversas ilhas do Mediterrâneo, sob os vândalos, foram bem tratados; mais tarde, com o domínio bizantino, aconteceu o contrário. No continente, com os visigodos, gozaram de relativa liberdade, até a conversão destes ao catolicismo, em 589. Alternaram-se, então, fases de paz e de maus tratos, conforme o maior ou menor fanatismo religioso dos governantes. Em 711, com a invasão islâmica, por um período de 500 anos os judeus viveram sua “idade de ouro” em terras da Espanha. Com a expulsão dos maometanos e a volta dos reis católicos ao poder, voltaram os judeus a viver ao balanço das alternadas fases de aceitação e perseguição. Assim continuou até o decreto de expulsão para os que não se convertessem ao catolicismo, que passou a vigorar em 31 de março de 1492.

Portugal seguiu o exemplo da Espanha, decretando a expulsão dos judeus residentes em seu território, em 5 de dezembro de 1496.

Ao contrário do que ocorrera na Espanha, D. Manuel I não teve realmente a intenção de expulsar os judeus residentes em Portugal. O decreto era fraudulento em sua essência, pois teve por objetivo alcançar, mediante a força e artifícios de persuasão, a conversão ao catolicismo de aproximadamente 190.000 judeus residentes em Portugal (o equivalente a quase 20% da população do país). Mais da metade dos judeus residentes na época, em Portugal, havia emigrado da Espanha e de outros países do leste europeu. A farsa engendrada por D. Manuel I tinha razão de ser confessada pelos próprios historiadores judeus: “Portugal não podia prescindir dos benefícios provenientes da riqueza e das habilidades comerciais daquele povo.”

Os judeus “convertidos ao catolicismo” passaram a ser cognominados de “cristãos-novos”. E foi grande o número desses “cristãos-novos” que veio ter ao Brasil durante os primeiros

(6) François PYRARD. *in: Pe. Simonem MARQUES*. Brasília Pontifícia, Lisboa, 1749, p. 280.

anos da colonização. Como já foi registrado, na primeira leva de degradados aqui chegaram nada menos de 250 deles. TAUNAY assim os retrata: "Os cristãos-novos, disse em versos o poeta baiano Botelho de Oliveira, tinham na mão o rosário e no coração as contas."⁽⁷⁾ O ferino Gregório de Matos não deixou por menos:

"Quantos com capa cristã
Professam o judaísmo,
Mostrando hipocritamente
Devoção à lei de Cristo!"⁽⁸⁾

Isaac IZECKSOHN, autor de "Os Marranos Brasileiros" confirma: "Aos marranos portugueses, a descoberta do Brasil, em 1500, deu-lhes uma oportunidade, um lugar para onde fugir. Já tinha acompanhado Pedro Álvares Cabral um cristão-novo — Gaspar da Gama."

Quem foi esse Gaspar da Gama? Qual sua contribuição para a *história da nova terra* recém-descoberta?

Gustavo Barroso, emérito escritor e historiador patricio, mantido na "geladeira" pelos patrulheiros culturais, embora tenha sido por duas vezes presidente da Academia Brasileira de Letras, membro honorário de inúmeras Academias internacionais (Lisboa, Espanhola de la Lengua, Ramos Castilla do Peru, Royal Society of London, Coimbra, etc..., detentor de dezenas de títulos e comendas internacionais (Síria, Portugal, Itália, Espanha, Grécia, Peru, Bolívia, França, Noruega, Tcheco-Eslováquia, Venezuela, etc...), autor de várias dezenas de obras, muitas delas traduzidas e publicadas no exterior, investigou a vida de Gaspar da Gama, trazendo importantes revelações sobre esse personagem.

Na manhã de 25 de setembro de 1498, a armada portuguesa de Vasco da Gama, encontrava-se ancorada diante da ilha de Anchediva, a doze léguas de Goa. O vigia do São Gabriel localizou um barco que se aproximava ao longe, vindo de Goa. Era um pardau, tangido pela sua vela pardusca de esteira. Tendo encostado a nau ao flanco do São Gabriel, um homem galgou o portaló e saltou para o convés da nau capitânea da frota de Vasco da Gama. Gustavo BARROSO assim descreve o

(7) TAUNAY. Na Bahla Colonial, p. 291

(8) Gregório de MATOS. Obras. Edição da Academia Brasileira de Letras. Vol. IV, p. 182.

recém-chegado: "Vestia-se de maneira hindu: mundaçõ à cabeça, terço à cinta, brincos nas orelhas. O nariz adunco se encurvava para os beijos úmidos e sensuais."⁽⁹⁾

Encaminhado à presença do almirante, curvou-se em sala-maleques e afirmou, em péssimo italiano, que era cristão levantisco, tendo arribado ainda criança nas terras do mouro Sabayo, senhor de Goa.

Desconfiado acerca das intenções do visitante, Vasco da Gama ordenou que o amarrassem ao mastro e lhe metessem o calabrote. O levantino foi desnudado da cintura para cima, amarrado ao mastro grande. Um chicote de cabo alcatroado cantou-lhe nas carnes, tingindo-as de sangue. O efeito não se fez esperar. O supliciado pôs-se logo a dizer a verdade: não era cristão nem levantisco; era judeu e natural da Polônia. E disse mais; Sabayo *mandara-o como espião*, mas preferia servir aos portugueses...

Gustavo BARROSO informa que "no dia 26 de setembro, a frota dos Lusíadas fazia-se de vela para Portugal, levando a bordo o astuto e inescrupuloso judeu polaco, "por ser de grande experiência e conhecedor das coisas da Índia", o qual foi mais tarde "batizado" e recebeu o nome de Gaspar da Gama."⁽¹⁰⁾

Solidônio LEITE FILHO diz que "este judeu conversava muitas vezes com El Rei D. Manuel, que folgava de lhe ouvir falar sobre as coisas da Índia, e lhe fez muitas dádivas e mercês."⁽¹¹⁾

Dois anos depois, a corte manuelina assistiu do eirado da torre de Belém a partida dos navios de Pedro Álvares Cabral. O judeu Gaspar da Gama fazia parte da tripulação da nau capitânea na qualidade de conselheiro em coisas e negócios das Índias. Ao lado de Cabral, de quem não se afastava, avisou o Monte Pascal, contemplou a terra virgem e dadivosa, ouviu a leitura da carta de Pero Vaz de Caminha e, quando do retorno, informou a muitos cristãos-novos sobre as possibilidades de exploração da nova terra.

Em época posterior, quando a estrela do navegador que o apadrinhara se foi apagando ante a glória do Dom Francisco

(9) Gustavo BARROSO. A História Secreta do Brasil. Vol. I, Revtsão Editora, Porto Alegre, 1990, p. 29.

(10) Gustavo BARROSO. Op. Cit. P. 30

(11) Solidônio LEITE FILHO. Os judeus no Brasil. Rto de Janetro, J. Lette & Cia., 1923, p. 24-25.

de Almeida, o poderoso Vice-Rei do Ultramar, o hebreu mesquinho abandonou o sobrenome de Gama e adotou o de Almeida, sem pejo ou cerimônia... Casou-se nessa época com uma judia "grande letrada na lei". Sua conversão era tão sincera que se uniu, não a uma cristã, mas a uma israelita ferrenha, talmudista praticante. Foi ela, como informa Solidônio LEITE FILHO, "quem fez os judeus das sinagogas hindus comprarem as bíblias hebraicas que vendia".⁽¹²⁾

A fonte acima citada, autor de obra panegírica aos judeus, assim se expressa em relação a Gaspar da Gama, Gaspar de Almeida, ou ainda Gaspar das Índias, como era conhecido aquele personagem:

"Talvez por seu intermédio tivessem os israelitas percebido, desde logo, a importância do novo descobrimento, que pouco impressionara o ambicioso espírito do Afortunado monarca português, cujas atenções estavam inclinadas para as riquezas das Índias. Aproveitando-se desta opinião conseguiram alguns cristãos-novos, a cuja frente se achava Fernando de Noronha, arrendar a terra havia pouco descoberta. Sabiam eles perfeitamente que o comércio do pau-brasil, por si só, os indenizaria das despesas."⁽¹³⁾

No dia 24 de janeiro de 1504, D. Manuel doou a ilha de São João a Fernando de Noronha. (A referida doação foi confirmada por D. João III, em 3 de março de 1522). Desta sorte — como observa Gustavo BARROSO — antes de dividir o Brasil em capitania hereditárias, muito antes das primeiras concessões de sesmarias, origem dos primitivos latifúndios, a Coroa Portuguesa alienava uma respeitável parte da colônia, dando-a de mão beijada a um traficante do pau-de-tinta (que era a anilina daquela época). Além da doação de terras, os judeus obtiveram o monopólio do negócio, pois o rei se obrigou a não permitir a concorrência com o pau-brasil de procedência indiana. O Brasil tinha o seu amanhecer econômico sob o signo de um "trust" — o "trust das anilinas".

Por volta de 1506, intensificou-se a perseguição aos judeus residentes em Portugal. Compreendeu-se ali, depois de anos de tolerância, que sob a capa dos cristãos-novos, "batizados" e alcunhados de nomes e sobrenomes portugueses, continua-

(12) *Idem*, p. 25.

(13) Solidônio LEITE FILHO. *Op. cit.* p. 36-37.

vam a existir apenas judeus, indiferentes aos destinos da Nação que os acolhera, preocupados tão-somente com o própria sorte. Emigraram em massa para o Brasil. Seu instinto mercantil lhes dizia que as riquezas naturais do Novo Mundo ofereciam perspectivas imensas. Além disso, teriam em terras brasileiras tranqüilidade e segurança. O Santo Ofício não os inquietaria. Tanto assim que a ordem dos Dominicanos, à qual estava quase sempre afeto o tribunal da Inquisição, jamais logrou estabelecer-se no Brasil.

O historiador João RIBEIRO diz que, “no Reino as Ordenações puniam com rigor os cristãos-novos judaizantes.. Num país bárbaro, em vias de colonização, as leis eram, naturalmente, interpretadas com maior benevolência e liberalidade, permitindo o próprio meio, melhor defesa para os acusados, até mesmo a facilidade da fuga e da ocultação.”⁽¹⁴⁾

Segundo Gustavo BARROSO, em razão disto, vieram para o Brasil, nos primeiros tempos, os Guilhens, os Castros, os Boticários, os Mendes, os Rabelos, os Antunes, os Valadares, os Bravos, os Nunes, os Sanches, os Diques, os Cardosos, os Coutinhos, os Montearroios, os Cirnes, os Ximenes, os Peres, os Teixeiras, os Rodrigues, os Barros, os Siqueiras e muitos outros...

Quando os piratas franceses, alemães, espanhóis e ingleses começaram a prejudicar o monopólio judaico do pau-brasil, a Coroa portuguesa foi chamada a intervir. Fernando de Noronha e seus colaboradores aqui instalados, e que deveriam como interessados diretos, zelar pela integridade da colônia, trataram de pedir socorro à metrópole. Afinal de contas, o Talmud lhes ensinava: “Em caso de guerra, seja o último a partir e o primeiro a voltar...”

Em 1530, Martim Afonso de Souza dá caça aos corsários, em proteção aos comerciantes do pau-brasil e, ao mesmo tempo, reaviva o vestígio do domínio da Coroa portuguesa, distribui povoadores, faz o levantamento cartográfico da costa até o Prata, traçando o primeiro contorno político da colônia. Segundo Pedro CALMON, “em Cananéia, encontra servindo de língua e intérprete, o judeu Francisco de Chaves, e em São Vicente, no meio dos goianases, outro judeu — João Ramalho...”⁽¹⁵⁾ Haviam-se adiantado eles, conforme o relato histórico, aos portuque-

(14) João RIBEIRO. História do Brasil, p. 78

(15) Pedro CALMON. Op. cit. p. 14.

ses, pelo menos nominalmente os senhores das terras do litoral Atlântico da América do Sul.

Por essa época, já nas ilhas de São Tomé, Cabo Verde e Madeira se cultivava a cana-de-açúcar, produto extremamente raro e caro na Europa. (As populações européias, na sua maioria, contentavam-se com o mel das abelhas para a elaboração de doces e bebidas. Só os ricos conheciam o açúcar, trazido do Oriente.) A entrada desse produto nos mercados, em larga escala, iria produzir uma autêntica revolução econômica. E os judeus se adiantaram a todos, montando uma rede que ia desde a plantação da cana, passando pela sua colheita e beneficiamento, até o transporte e distribuição nos mercados consumidores da Europa. Diz Gustavo BARROSO: "O Brasil iria ser o verdadeiro instrumento dessa revolução... Dividido o litoral em doze capitanias, a Coroa as distribuiu a homens ilustres, como Duarte Coelho, Martim Afonso de Souza, Pero Lopes, Aires da Cunha, Pero de Góis e Vasco Fernandes Coutinho, ou a homens ricos, como Pero de Campos Tourinho, ou a altos funcionários do Reino. Algumas dessas capitanias progrediram sob a direção de seus donatários, outras, porém, foram simplesmente abandonadas... Alguns donatários, para poder explorá-las, recorreram ao capital judaico, ou venderam o direito de exploração a judeus..."⁽¹⁶⁾

A América meridional continuava servindo de excelente refúgio para os judeus convictos e para os disfarçados (cristãos-novos). Eles vinham aos milhares, infiltrados, por vezes, no próprio cerne do catolicismo. Argeu GUIMARÃES alude a um episódio bastante revelador: "No ano de 1581, a Inquisição queimou em Lima (peru), dois padres portugueses, levados do Brasil, porque os mesmos praticavam o judaísmo: frei Álvaro Rodrigues e frei Antônio Osório da Fonseca"⁽¹⁷⁾

Não se vá pensar que os cristãos-novos entraram com entusiasmo, desde o início, na nascente agroindústria do açúcar. Assim como aqui chegaram na sombra dos descobridores, com o objetivo de examinar as riquezas e potencialidades da terra e aperceber-se do que nela havia de mais facilmente aproveitável, também agora puseram-se em guarda, à espreita do momento exato de intervir. Gustavo BARROSO esclarece como

(16) Gustavo BARROSO. *Op. Cit.* P. 42.

(17) Argeu GUIMARÃES. Os cristãos-novos portugueses na América espanhola. *Ed. da Academia Brasileira de Letras*, p. 37.

eles se imiscuiram na agroindústria açucareira do Brasil: “A instalação dos engenhos era extremamente dispendiosa e o retorno de capital se dava a médio prazo. Muitos pioneiros se endividaram, perdido o capital inicial, sendo obrigados a desfazer-se das propriedades e benfeitorias. Judeus adquiriram as plantações e os engenhos, praticamente abandonados, por somas irrisórias, obtendo lucros muito grandes...”⁽¹⁸⁾

Toda a história do Brasil é assim — opina Gustavo BARROSO: “De um lado, uma aparência: o idealismo construtor do português, do mameluco e do brasileiro; de outro, uma realidade: o utilitarismo oculto do judeu, explorando as obras do idealismo alheio.”⁽¹⁹⁾

João Lúcio de AZEVEDO observou que “os agricultores e os guerreiros são os elementos produtores e construtores das pátrias, e que os judeus não são nem agricultores nem guerreiros...”

A agroindústria açucareira só podia ser movida à força de braços. Como o indígena se mostrou rebelde à escravidão, buscou-se outra alternativa. Veio da África a solução para a carência de mão-de-obra: “O judaísmo descobriu um negócio novo e lucrativo: o tráfico dos negros...”⁽²⁰⁾. Observa o historiador em foco: “O fidalgo-agricultor, o “gentilhomme-compagnard”, riqueza social de todos os países, ligado profundamente à terra por tradição, pela alma e pelo interesse é encontrado, sempre, no Brasil Colonial, encabeçando todas as iniciativas com sua coragem e idealismo. À sua sombra, caminho, negaceando, o judeu, buscando o proveito de suas conquistas com o menor risco possível...”⁽²¹⁾ ⁽²²⁾

Rodolfo GARCIA assim se refere à imigração judaica do Brasil colonial:

“A enxurrada judaica encheu o Brasil que amanhecia, atirando-se aos negócios do açúcar, do tráfico escravo e de mascate. Dia-a-dia, o número de israelitas crescia nos pri-

(18) Gustavo BARROSO. *OP. cit.* p. 45.

(19) *Idem*, p. 45.

(20) *Ibidem*, p. 46.

(21) *Ibidem*, p. 47.

(22) Durante toda a segunda metade do Séc. XVI, a emigração israelita que fugia à Inquisição peninsular, bifurcou-se para as Índias e para o Brasil. Estabelecido o Santo Ofício em Goa, apenas o Brasil continuou recebendo aqueles imigrantes.

meiros núcleos da população. Suas sinagogas, que o povo denominava “esnogas”, multiplicavam-se. Havia-as em casas particulares, como as de Matuim, na Bahia, na residência do cristão-novo muito conhecido — Heitor Antunes. Havia-as nos próprios engenhos, como o do cristão-novo Bento Dias de Santiago, em Camaragibe, onde nas luas novas de agosto, em carros enramados, os judeus da terra iam celebrar o “Yon Kippur” e outras cerimônias do rito judaico.”⁽²³⁾

Depois de apoderar-se de boa parte dos engenhos açucareiros, trataram os judeus de controlar outro setor grandemente lucrativo — o tráfico negroiro. Diz o historiador francês A. Cochin: “Visando os lucros fáceis do comércio de escravaria, por si ou pelos seus prepostos, a judiaria de Espanha e Portugal se entregou ao tráfico.”⁽²⁴⁾

Segundo Pedro CALMON, “O negócio de escravos se torna o mais lucrativo e amplo da terra”⁽²⁵⁾

O século XVII, segundo a totalidade dos historiadores consultados, é a época áurea do comércio negroiro. Os judeus o exercem manobrando habilmente por trás do governo inglês, conquistado desde Cromwell, de cujas boas graças dispusera à vontade o riquíssimo cristão-novo Antônio Fernandes Carvalhal — o Rotschild daquela época.

Tal como ocorrerá por ocasião do descobrimento, quando o esperto Gaspar da Gama (e quem na realidade ninguém sabe como se chamava) se introduzira entre a marujada de Cabral, no ano de 1680 os espíões de sempre trataram de imiscuir-se na tripulação da pequena frota de Dom Manoel Lobo, que tinha por missão construir, na margem esquerda do vasto estuário do Prata, uma fortificação que afirmasse a presença e o domínio da Coroa portuguesa sobre a margem setentrional daquele desagüadouro.

Começava a odisséia portuguesa de Sacramento, cujo desfecho não teria o êxito previsto pela Corte metropolitana. Como foi colocado na introdução deste trabalho de pesquisa, foram o contrabando e a corrupção os grandes responsáveis pelo fracasso da empreitada. Contrabando e corrupção de parte de quem jamais se preocupou com ideais geopolíticos ou com

⁽²³⁾ Rodolfo GARCIA. Os Judeus na História do Brasil. Ed. UrtZwerling, s. d., p. 49.

⁽²⁴⁾ A. COCHIN. L'Abolition de l'Esclavage. Vol. II, Paris, 1851, p. 281.

⁽²⁵⁾ Pedro CALMON. Op. Cit. p. 26.

questões de segurança nacional, integridade territorial, brasilidade ou “futilidades” desse jaez, mas tão-somente com as possibilidades de lucro fácil. Para os leitores que percorreram as linhas deste capítulo inicial, certamente desfez-se o clima de suspense. O “gatilho” que prende a atenção daqueles que gostam de identificar o “criminoso” antes do desfecho, já não existe. Os responsáveis pelo fracasso de Sacramento encontram-se de antemão identificados. Mas, para os que desconhecem A FACE OCULTA DE SACRAMENTO, talvez resulte interessante cientificar-se de como as coisas se passaram.

II — A COLÔNIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO

2.1 — *A face emersa de Sacramento*

A gênese do extremo meridional brasileiro, incluindo a totalidade do atual Estado do Rio Grande do Sul, ocorre *pari passu* com a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento, localizada às margens setentrionais do Prata, em oposição à área ocupada, hoje, pela cidade de Buenos Aires. Foi a primeira tentativa levada a cabo pela Coroa portuguesa, no sentido de ampliar os seus domínios sobre as terras que se prolongavam, seguindo a orla atlântica, para além do meridiano de Tordesilhas. Segundo o historiador gaúcho Péricles AZAMBUJA, a visão geopolítica das Cortes lusitanas “tinha a amplitude continental em alargar os territórios estreitados pela convenção de Alexandre VI, ratificada pela bula “Ea Quae”, de Júlio II, por cujas disposições Portugal se veria privado de grandes extensões das Índias Ocidentais, ficando o Brasil a 48°35’25” de longitude oeste, com amputação, ao norte, dos domínios que incluem todo o rio Amazonas, e, ao sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além da zona centro-oeste do Mato Grosso.”⁽²⁶⁾

(26) Péricles AZAMBUJA. História das terras e Mares do Chuí. *Caxtas do Sul, UCSul- ESTSLdeBrndes*, 1978, p. 25.

A mesma fonte esclarece que “o quadro histórico e geográfico assim se apresentava, na segunda metade do século XVII, com um Brasil sujeito a grandes restrições territoriais se a audácia dos bandeirantes e o apoio militar e diplomático do Reino não tivesse sobrevivido ao “status comercial” que estabelecera a divisão do continente entre as duas nações ibéricas, proporcionando a Portugal, pela intrepidez e inteligência de seus súditos, o estabelecimento do “jus possessorio” nas terras a oeste do meridiano traçado pelo Tratado de Tordesilhas, direito esse que se haveria de firmar na sucessão das lutas e da posse efetiva.”⁽²⁷⁾

Rejeitando as 100 léguas concedidas pela Bula “Inter Coetera”, conseguiram os portugueses, com as 370 léguas de Tordesilhas, controlar melhor o Atlântico Sul e avançar suas possessões para oeste do continente. Tordesilhas concedeu a Portugal um território correspondente a 2.800.000 km². Therezinha de CASTRO, analisando as conseqüências do Tratado de Tordesilhas, diz que “o objetivo geopolítico, tanto espanhol quanto português, era o de atingir as Índias para manter o monopólio do tráfico oriental na Rota das Especiarias; no entanto, a linha de Tordesilhas entregava não só o Atlântico como também o Índico aos portugueses, deixando, na prática, apenas o Pacífico para os espanhóis.”⁽²⁸⁾

É bem verdade que 150 anos antes da fundação de Sacramento, Martim Afonso de Souza, a mando de D. João III, havia estado no Prata, onde lançara padrões com as quintas lusitanas. Outros navegadores lá estiveram, no interregno de tempo de um século e meio, que separou as incursões de Martim Afonso de Souza e de Manuel Lobo, comprovando o interesse de Portugal por aquelas longínquas terras encravadas em território que, à luz do Tratado de Tordesilhas, não lhe pertencia.

Foi em 1680, no mês de janeiro, que chegou ao rio da Prata uma pequena expedição marítima comandada por D. Manuel Lobo, e que tinha por objetivo construir junto ao estuário do grande rio, uma fortificação portuguesa. Estavam em ritmo acelerado os trabalhos de construção, quando o governador de Buenos Aires, Dom José de Garro, decidiu expulsar os portugueses. De nada valeu a tentativa de provar aos espa-

(27) Péricles AZAMBUJA. *OP. cit.* p. 25

(28) Therezinha de CASTRO. *Retrato do Brasil — Atlas — Texto de Geopolítica. Rio de Janeiro, Btbltx, 1986. p. 2.*

nhóis que as terras em que se construía a fortaleza, eram de domínio português. Não haveriam os espanhóis de receber com passividade aquele gesto de D. Manuel Lobo. Entenderam que a fundação da colônia, muito a oeste de Tordesilhas, correspondia a uma agressão aos seus domínios e, mais do que isso, à ruptura efetiva das convenções assinadas pelas Cortes de Portugal e Espanha, com o *referendum* do papa Alexandre VI.

Na noite de 7 de agosto de 1680, foi a colônia invadida e ocupada pelos espanhóis. Comandou o ataque o Mestre-de-campo Vera Mujica à frente de uma tropa de 3 mil homens, integrada por companhias de mosqueteiros e indígenas das reduções jesuíticas, chefiados estes pelos respectivos caciques. Os portugueses, com menos de 300 soldados, além de mulheres e crianças, foram obrigados a render-se após heróica resistência. Poucos sobreviveram, pois os indígenas enfurecidos e desobedientes ao comando de Mujica, procederam a grande matança. Dom Manuel Lobo e pouco mais do que uma dezena de sobreviventes foram transportados para Buenos Aires, depois de incendiada a fortaleza e as construções de madeira da incipiente colônia.

Posto a par dos acontecimentos, cujas deploráveis consequências eram inevitáveis, dado o grande desamparo em que se achava a colônia, isolada na vastidão da campina platina, protestou, energicamente, o governo português, ameaçando, inclusive, ir à guerra. Não era conveniente para a Espanha solução assim violenta. Por isso, concordou pelo tratado provisório de 1681 (7 de maio), assinado em Lisboa, através do qual acordava em restituir a colônia totalmente reconstruída. Foi, porém, somente em 1683, que Portugal entrou, novamente, de posse de Sacramento.

Diz artigo publicado em *Zero Hora* de 25 de setembro de 1993:

“O que a Espanha conseguiu pelas armas, Portugal desfez com habilidosa diplomacia. A 31 de dezembro de 1681, no final da Conferência de Badajoz, em Madrid (conferência esta que visava consolidar o tratado provisório firmado em 7 de maio, em Lisboa), a Coroa portuguesa conseguiu a devolução da Colônia do Sacramento e, não deixando dúvidas da sua superioridade política, impôs até um castigo ao governador de Buenos Aires, José Garro e Astola, por ter agido militarmente. A 25 de janeiro de 1683, o novo gover-

nador do Rio de Janeiro, Duarte Teixeira Chaves, aportava no Rio da Prata, exatos três anos depois do desafortunado Manuel Lobo ter fundado a Colônia de Sacramento.

Teixeira Chaves se deparou com um vilarejo arrasado, abandonado. O governador do Rio de Janeiro estava acompanhado por 400 soldados, oficiais e vários colonos. De armamento, trazia 16 canhões em carretas, arcabuzes, mosquetes, granadas, bombas, porco-espinho (espécie de mina para trincheiras) e 55 barris de pólvora. Os alimentos estavam calculados para durar um ano: 2.300 alqueires de farinha, 103 caixas de feijão, arroz, barris de azeite e bebidas."⁽²⁹⁾

Para concluir, mais um parágrafo:

"Em três meses de trabalho, Teixeira Duarte tinha concluído as obras iniciais e decidiu passar o cargo ao tenente Cristóvão de Ornellas, integrante da frota. Ornellas governou de 1683 a 1689, mas afundou a Colônia na corrupção ao montar uma rede de contrabando com Buenos Aires."⁽³⁰⁾

Não seria este Cristóvão de Ornellas a repetição histórica de ancestrais como Gaspar da Gama e Fernando de Noronha?

Vejamos o que nos dizem historiadores que têm hoje seus livros apartados do público, e que se fossem vivos, com certeza, sofreriam o vexame de desfilar em mordanças na boca.

2.2 — *A face oculta de Sacramento*

Na realidade, embora Sacramento tenha se transformado num "ninho de contrabando" (expressão usada por Alfred de BROSSARD) — esta prática não começou ali em termos de Brasil. Sacramento acabaria, por sua proximidade com Buenos Aires, isto é, por sua localização geográfica, atraindo a maioria daqueles que o praticavam em outras áreas da imensa colônia portuguesa d'além mar.

Já no século XVI, por volta de 1550, "nos incipientes núcleos de população do Brasil, muitas pessoas faziam alusão aos famosos "peruleiros" (homens que se dirigiam ao Peru para

(29) CADERNO ESPECIAL Nº 2 A diplomacia vence a força das armas. Porto Alegre, Jornal "Zero Hora", 25 de setembro de 1993.

(30) *Idem*, p.4.

trocar mercadorias sem restrições alfandegárias, fugindo ao pagamento de taxas e auferindo, em conseqüência, grandes lucros).”(31)

Informa Pedro TAQUES: “Esses “peruleiros” eram, em grande maioria, judeus aventureiros que iam buscar a prata das minas de Potosí, a qual, fundida e lavrada na metrópole, e devidamente contrastada, passava a chamar-se “prata do Porto”. A quantidade de prata contrabandeada nessas viagens clandestinas foi colossal. Em 1622, só Antônio Castanho Taques trouxe 40 arrobas, isto é, 600 quilos.”(32)

Argeu GUIMARÃES emite a seguinte opinião: “Até as moedas espanholas eram trazidas por essa gente e corriam, recunhadas no Brasil, dando um lucro formidável pela diferença de valor. Deviam ser muito grandes os ganhos para os cristãos-novos se arrissem a frequentar o Vice-Reinado, porque a Inquisição de Lima era por demais perigosa para com a judiaria de origem portuguesa.”(33)

A Inquisição de Lima começou a funcionar em 1579 e nem por isso os “peruleiros” deixaram de ir a Potosí em busca de prata. O lucro era grandemente compensador e justificava o enfrentamento de riscos. Ocorre que nem todos se lançavam pessoalmente à aventura. A maioria contratava lugares-tenentes e eram estes os que punham a cabeça a prêmio. Eis o que revela Fernando NOBRE: “Para o mister de contrabandista, que o judeu praticava, dirigindo e estipendiando, raramente tomando parte direta por causa do perigo, eram empregados aventureiros, mercenários capazes de recorrer às armas em casos extremos.”(34)

Argeu GUIMARÃES, Gustavo BARROSO, Pedro CALMON, Izaque IZECKSON (autor judeu), Carlos Corrêa de LUNA e muitos outros autores, afirmam que os judeus penetravam de moto próprio ou através de lugares-tenentes até no México, desafiando o Santo Ofício, as delações e a fogueira, com grande perseverança. Mario SÁA revela que “do Peru eles se espalharam pela audiência de Charcas, pela província de Tucumã e pelo *estuário do Prata*, desaguadouro natural das riquezas de

(31) Gustavo BARROSO. *Op. cit.* p. 130

(32) Pedro TAQUES. *Nobiliarquia Paulistana. Ed. Taunay, p. 245.*

(33) Argeu GUIMARÃES. *Os Judeus Portugueses e Brasileiros na América Espanhola. In: “Journal de la Societé des Americanistes”, XVIII, p. 302*

(34) Fernando NOBRE. *As Fronteiras do Sul. São Paulo, 1922, p.33.*

Potosí... Em 1574, já residiam em Buenos Aires de 5 a 6 mil judeus portugueses, dando pleno curso à sua jeiteira para os bons negócios, o que pode não revelar inteligência alguma, mas apenas uma índole gananciosa.”⁽³⁵⁾ Aliás, Henry FORD, em interessante obra publicada na década de 1930 pela saudosa Livraria do Globo (saudosa porque a Livraria do Globo hoje existente, já não respira o ar da liberdade, como ocorria na época de Érico Veríssimo), intitulada “O Judeu Internacional”, confirmava a opinião de Mário SÁA: “À profissão que o judeu concorre em proporção muito maior que nenhum outro povo é a do intercâmbio comercial... Possuindo, como nenhuma outra raça, aversão para todo o trabalho material e produtivo, sabe equilibrar esse defeito por uma predisposição característica pelo intercâmbio...”⁽³⁶⁾

Tão logo o Santo Ofício começou a agir em Lima, muitos cristãos-novos brasileiros foram chamados a prestar contas. Segundo o historiador Gustavo BARROSO, daí por diante os “peruleiros” que passaram a figurar nos autos, para abjurações leves ou veementes, para serem relaxados, açoitados ou queimados por heresia, latrocínio, falso testemunho, bigamia e até por dizerem missa sem o poderem (Álvaro Rodrigues e Antônio Osório agiam disfarçados de freires), mostra a força da corrente de contrabandistas que se aventurava a ir em busca da prata peruana.

Ricardo PALMA informa que “em 1595 foram condenados os judeus (travestidos de cristãos-novos) João Fernandes das Heras, Jorge Nunes, Francisco Rodrigues e Pedro Contreiras; em 1605, Gregório Dias, Diogo Lopes de Vargas e Duarte Henrique... “Mala suerte tenian los portugueses con la Inquisición de Lima!” (...) Em 1625, Diogo de Andrade, João da Cunha Noronha e Manuel Nunes de Almeida... Esse tal Diogo de Andrade era o que hoje se chama de elemento perigoso; já fora agarrado no México e ali punido por vários delitos; seu verdadeiro nome era David e dizia-se descendente direto de Abraão. Dessa

(35) Mário SÁA. *A Invasão dos Judeus*. São Paulo, 1935, p. 91

(36) Henry FORD. *Op. Cit.* p. 11. (A Reedição desta obra pela Revtsão Editora Ltda., datada de 1989, encontra-se apreendida pela Justiça do RGSul por pressão de uma Federação estrangeira — a Israelita. Com relação a esta arbitrariedade contrária à liberdade de pensamento, assim se expressou o Exmo. Sr. Desembargador João Andrades Carvalho: “A Constituição é brasileira, feita para os brasileiros. Somos um povo pobre, mas dispensamos os guardiões de nossa consciência.”

vez foi queimado como relapso..."(37)

A mesma fonte relata que em 1639, quando ainda o Brasil continuava com Portugal ligado à Espanha, "as autoridades espanholas se apoderaram de vasta correspondência cifrada dirigida aos judeus portugueses, pela qual se descobriu que as sinagogas da América estavam em íntima ligação com as da Holanda."(38) Prosseguindo a análise desta "correspondência cifrada", Gustavo BARROSO diz que o fito "era a destruição do Império colonial luso-hispânico pela conquista e desagregação, sendo os agentes diretos da obra os países marítimos protestantes: Inglaterra e Holanda... Os Kahals forneceriam subsídios e fomentariam as traições e espionagens..."(39)

É óbvio que, não apenas por questões de ordem religiosa, a Inquisição teve que intensificar o rigor de seus atos. Os trabalhos desenvolvidos pelo Santo Ofício eram, inclusive, de interesse do Estado. Do outro lado do Atlântico, principalmente a metrópole espanhola, via suas possessões ameaçadas pela cobiça do Bezerro de Ouro.

As redes inquisitoriais colheram nessa grande conspiração de caráter internacional avultado número de cristãos-novos e judeus lusos. Gustavo Barroso, com base em fontes como os "Anales de la Inquisición de Lima", relaciona quatro dezenas de nomes: "João Rodrigues da Silva, Diogo Lopes da Fonseca, João Azevedo, Luiz de Lima, Rodrigo Vaz Pereira, Sebastião Duarte, Tomás Quaresma, Domingos Montesid, Simão Osório, Francisco Vasques, Luiz Valência, Pedro Farias, Rodrigo de Ávila, Manuel Gonçalves, Antônio Cordeiro, Antônio Balseira da Costa, Amaro Diniz, Bartolomeu Leão, Henrique Nunes de Espinhosa, Henrique Lourenço, Francisco Mendes, Fernando Espinosa, Fernando Esteves, Jerônimo Azevedo, Gaspar Fernandes Coutinho, Jorge Silva, Gaspar Nunes Duarte, Luiz Veiga, Manuel da Rosa, Manuel Álvares, Melquíades dos Reis, Manuel Matos, Mateus Henrique, Pascoal Dias, Mateus da Cruz, Pascoal Nunes, Tomás de Lima e Paulo Rodrigues..."(40)

Perseguidos pela Inquisição limenha, os judeus portugueses viram na fundação da Colônia de Sacramento a grande

(37) Ricardo PALMA. *Anales de la Inquisición de Lima*. 3. ed. madrid, 1897, p. 24, 113-114.

(38) *Idem*, p. 34-35.

(39) Gustavo BARROSO. *Op. cit.* p. 132.

(40) Gustavo BARROSO. *op. cit.* p. 132-133

solução para seus problemas. Em Buenos Aires, situada na margem oposta do grande rio, não se estabelecera ainda o Santo Ofício. Além do mais, uma simples e relativamente rápida viagem de barco, substituiria as longas e perigosas jornadas a que estavam obrigados os “peruleiros”.

Com Manuel Lobo vieram observadores, pontas-de-lanças embaçalados em meio à tripulação aventureira e idealista. Tinham idêntica missão àquela que pôs Gaspar da Gama entre a marujada de Cabral. Quando as tropas de Antônio de Vera Mujica, e mais propriamente a indiada exterminaram 95% do efetivo de Manuel Lobo, esses observadores, cuidadosos como sempre, cuidaram para estar entre os 5% que sobreviveram.

Alfred de BROSSARD, Fernando NOBRE, Simão Pereira de SÁA e outras fontes, confirmam as origens do tenente Cristóvão de Ornellas, substituto de Teixeira Duarte no governo de Sacramento. O ideal geopolítico da Corte portuguesa de levar as fronteiras meridionais do Brasil até as barrancas do Prata estava de antemão condenado ao fracasso. Isto não tinha qualquer importância para o cristão-novo Cristóvão de Ornellas. Sua prioridade era uma só: montar uma sólida rede de contrabando, capaz de gerar lucros imediatos tanto para si próprio como para os influentes que o colocaram como segundo homem da expedição comandada por Teixeira Duarte.

Não há dúvida que Cristóvão de Ornellas se saiu muito bem dessa missão, como comprova o já citado texto de Zero Hora:

“(…) Ornellas governou de 1683 a 1689, mas afundou Colônia (sic) na corrupção ao montar uma rede de contrabando em Buenos Aires.”⁽⁴¹⁾

Ora, Ornellas não tinha por objetivo fortalecer a consolidação do domínio português nas margens do Prata. Pouco se lhe dava as cores da bandeira que ali tremulasse. Importava para ele deitar raízes sólidas para o contrabando, e isto ele fez com muito zelo e competência.

Porque iria o cristão-novo Cristóvão Ornellas preocupar-se com os interesses da Coroa portuguesa?

Henry FORD explica a “correta atitude” de Ornellas, colocada injustamente em cheque pelo autor do texto referido de Zero Hora:

(41) *CADERNO ESPECIAL Nº 2. A diplomacia vence a força das armas. Porto Alegre, Jornal “Zero Hora”, 25 de setembro de 1993.*

“Desde sua iniciação encontramos na história judaica a tendência desta raça para se arvorar em dona de outros povos escravizados... Posto que todas as profecias parecem referir-se a um despertar geral de toda a humanidade pelo povo de Israel, sua tendência dominadora se opõe manifestamente a tal enunciado. Pelo menos, é o que de depende do tom em que foi escrito o Velho Testamento.”⁽⁴²⁾

É verdade que a corrupção gerada pela rede de contrabando montada por Ornellas “afundou a Colônia de Sacramento”, mas não é menos verdade que quando isto aconteceu, centenas de cristãos-novos tinham se estabelecido em Buenos Aires (ver citação 36), abrindo caminho para que ali residissem, menos de um século depois, de 5 a 6 mil judeus provenientes do Brasil. Cristóvão de Ornellas não cumpriu, realmente, a missão que a Coroa portuguesa lhe confiou. Mas, é inegável que cumpriu à risca o que o Kahal lhe determinou. Hoje, se os portugueses e brasileiros o relegam ao limbo do esquecimento, há os que a ele muito devem.

Em 1701, Felipe V, querendo obter as simpatias da Corte portuguesa, cedeu os direitos que porventura tivesse sobre o território e a praça da Colônia de Sacramento. Todavia, dois anos depois, o mestre-de-campo portenho — Dom Alonso Juan de Valdez Inclan, capitão-general das Províncias do Rio da Prata, recebia ordens para acometer a fortaleza lusitana e expulsar, mais uma vez, os portugueses.

Por que essa constante mudança de humores nas cortes européias?

Diz Gustavo BARROSO: “Os judeus manobravam os países protestantes, sobretudo a Inglaterra, contra os países católicos, e a Inglaterra instigava Portugal e Espanha, ateando a guerra entre ambos, na Europa e nas Colônias, para ir recolhendo os despojos. Nas colônias transatlânticas que buscavam entender-se uma a custa das outras, como era o caso do Brasil versus Prata, a luta se tornou bem mais violenta depois que o comércio se apoderou quase que exclusivamente da política, multiplicou e engrandeceu todas as combinações, isto é, todas as intrigas e conchavos.”⁽⁴³⁾

Não podendo resistir por falta de munições e recursos à

(42) Henry FORD. *Op. cit.* p. 14.

(43) Gustavo BARROSO. *Op. cit.* p. 137.

investida inimiga, o então governador de Sacramento, o valente Sebastião da Veiga Cabral, depois de formidáveis e bravos combates — como atesta o historiador uruguaio Fernando Capurro, autor da obra “La Colonia de Sacramento” —, viu-se obrigado a incendiar e abandonar a praça. Os espanhóis pela força das armas reconquistaram ruínas, que a diplomacia portuguesa, como de outras vezes, viria a recuperar em breve.

O Tratado de Utrecht, firmado em 1715, restituiu Sacramento aos lusitanos, de pleno direito. A 11 de novembro de 1716, de novo sob os baluartes e casario refeitos, tremulou ao vento a bandeira de Portugal. Seguiu-se um grande período de prosperidade, levando a guarnição da colônia a querer apoderar-se de Montevidéu, no ano de 1724.

Mas, como atesta Fernando CAPURRO, “em derredor da cidadela desenvolvia-se a futura cidade, que enriquecia pelo comércio e sobretudo pelo contrabando, aumentando mais sua população em “viandeiros” do que em agricultores.”⁽⁴⁴⁾ É claro que uma população de “viandeiros” não seria capaz de assegurar a posse daquela área, como sucederia, bem mais ao norte, com São Pedro do Rio Grande. Ali, casais açorianos, dedicados à agricultura, fincariam o pé para jamais sair. O “viandeiro” a que alude CAPURRO não se prende à terra, não ama o solo dadivoso e muito menos assenta raízes. Fez-se errante desde os mais remotos tempos, ora escorraçado por aqueles a quem explora, ora por vislumbrar uma possibilidade de maior ganho noutra local. Sob esta ótica historicamente comprovada, Sacramento nasceu condenada ao fracasso... Os “viandeiros” que nela se estabelecem, superando em bom número aos “agricultores”, são como lembra Gustavo BARROSO, os mesmos mercadores, mascates, forasteiros, que foram visto em ação na Bahia, no Recife, em Minas e no Maranhão, locupletando-se de ouro fosse como fosse.

G. KEITH, em obra publicada em Londres (“A voyage to South America and the cape of good Hope”), reafirma que o contrabando começara na Colônia de Sacramento logo que os pioneiros portugueses ali se instalaram. Os judeus refugiados de Lima, vindos de Tucuman e da outra banda do Prata, em ligação com milhares deles que iam infestando a nascente Buenos Aires, acabaram por arruinar o comércio dos estabelecimentos espanhóis, penetrando com suas mercadorias até

(44) Fernando CAPURRO. La Colonia del Sacramento. Montevidéu, 1928, p.27-28

o Chile e o Peru.

Eis o que escreveu o historiador uruguaio O. ARAÚJO a respeito dos “peruleiros” trasladados para Sacramento:

“O contrabando se fazia em grande escala, com *gente pouco escrupulosa* da colônia e de Buenos Aires. Enviavam para ali tabaco, açúcar, bebidas e escravos negros, recebendo em troca farinha, carne seca, pão e outros artigos de que os intrusos tinham falta. A importância desse comércio ilícito se manifestou em Buenos Aires pela diminuição das rendas públicas e pelo luxo que ostentavam algumas famílias que faziam praça de fortunas de origem absolutamente desconhecida. Como se vê, com o comércio ilícito, nem ganhava a futura capital da Argentina, nem a própria Colônia do Sacramento, Mas os eternos intermediários judaicos com sua *jesteira* para os bons negócios.”⁽⁴⁵⁾

Hoje, praticamente todos os historiadores estão de acordo em proclamar o contrabando desenvolvido a partir do pólo de Sacramento como a razão de ser da corrupção impeditiva do domínio português. Muitas fortunas se fizeram ali e, do outro lado do grande rio, em Buenos Aires, com indiscutível prejuízo para a Coroa portuguesa e para o Vice-Reino.

É inquestionável que os “peruleiros” que agiam na área não estavam sozinhos. Por trás deles, em território europeu, moviam-se cordéis de marionetes, teciam-se intrigas de modo a garantir, tanto tempo quanto fosse possível, a manutenção da posse portuguesa sobre a área de Sacramento. Tordesilhas garantia a soberania espanhola sobre a região. Como afirma Gustavo BARROSO, “somente os interesses do contrabando explicam as vitórias da diplomacia portuguesa, obtendo as restituições de Sacramento tomada pelas armas castelhanas. Para haver o rendoso contrabando, era necessário que fosse uma cunha portuguesa enfiada na porta de entrada das possessões espanholas...”⁽⁴⁶⁾

Além dos produtos indicados por O. ARAÚJO (tabaco, açúcar, bebidas, escravos negros, farinha, carne seca, pão), também a prata de Potosí por ali escoava: “No comércio ilícito da Colônia de Sacramento, que se irradiava pelo interior das audiências espanholas e era exercida pelos antigos “peruleiros” e seus

(45) O. ARAÚJO. Resumen de la Historia del Uruguay. *Montevldéu, 1931, p. 112.*

(46) Gustavo BARROSO. *Op. cit. p. 139-140.*

descendentes, tangidos de Lima pela Inquisição, entrava continuamente muita prata, como já declarava em 1649 o governador português Dom Francisco Naper de Lencastre.”⁽⁴⁷⁾ (...) “outra fonte de rendas ilícitas deviam ser as famosas *verbas secretas* destinadas a comprar amizades e inteligências entre os castelhanos.”⁽⁴⁸⁾

A fundação de Montevidéu, em 1725, agravou a situação de Sacramento. Dois anos antes, os portugueses haviam tentado estabelecer-se naquele sítio, a mando do Governador da Colônia, Dom Antônio Pedro de Vasconcelos, sem obter êxito. Os espanhóis, com recursos mais abundantes, lograram ali fundar uma vila, contribuindo para o isolamento do enclave português. Sacramento passava, assim, a representar um núcleo lusitano verdadeiramente deslocado e enquistado numa área de franca expansão espanhola.

Em 1735, devido a um incidente diplomático que causou desavenças entre Portugal e Espanha, Sacramento, ainda governada por Dom Antônio Pedro de Vasconcelos, foi novamente assediada pelos espanhóis. A guarnição luso-brasileira resistiu bravamente até setembro de 1737, isto é, durante 23 meses. Então, pelo armistício de Paris, os espanhóis foram obrigados a levantar o sítio e retirar-se para Buenos Aires.

A questão, porém, só foi resolvida de vez em 1750 pelo Tratado de Madrid, durante o reinado de Fernando VI. Portugal cedia a Colônia de Sacramento à Espanha em troca das missões jesuíticas. A resolução das esferas diplomáticas não teve, porém, qualquer efeito prático. A guarnição de Sacramento, pressionada pelos contrabandistas (que não queriam largar a teta), desobedeceu à ordem de desocupação e retorno ao território brasileiro. A faina do contrabando prosseguiu descaradamente.

Não tendo o Tratado de Madrid qualquer eficácia, em 2 de fevereiro de 1761 celebrou-se novo pacto — o de Pardo, que anulava o de 1750 e fazia tudo retornar ao estado anterior. Diz Gustavo BARROSO: “Governava Portugal o pulso forte de Sebastião José de Carvalho — o Marquês de Pombal, que entendeu usar dos judeus na sua política dominadora, esquecendo-se dos perigos que representa a sua simples aproximação, quanto mais a intromissão desse fermento de decomposição em qual-

(47) ANAIS. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, nº 1988.

(48) ANAIS. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, nº 4494-4495.

quer Estado.”⁽⁴⁹⁾ Eis a opinião de H. BOEHMER em apoio ao ponto de vista de Gustavo BARROSO: “Os jesuítas franceses associaram-se aos judeus e disso resultou o escandaloso processo Lavalette, que tão grandes danos causou à ordem, afastando dela gente culta, no momento em que Pombal em Portugal, Aranda na Espanha e Choiseul em França lhe vibravam os grandes golpes que a enfraqueceriam para sempre... Por isso Portugal se aviltou sob o domínio do Marquês de Pombal...”⁽⁵⁰⁾

Convém lembrar a observação de Houston CHAMBERLAIN: “Quando os judeus se acham em grande número em um país estranho, julgam a ocasião propícia para realizar as ameaçadoras promessas de seus profetas e se dispõem, com a melhor consciência desse mundo, a *devorar as nações*.”⁽⁵¹⁾

O Marquês de Pombal não assimilara essa lição histórica e, em 1773, aboliu as últimas separações e distinções entre cristãos-novos e cristãos-velhos, permitindo aos judeus escamotear-se definitivamente entre a etnia portuguesa. Do outro lado do Atlântico, o israelita triunfante em toda linha, cheio do ouro conseguido com o pau-brasil, com o açúcar, com o tráfico de escravos, com a pirataria, com a mineração e com o contrabando, entrava de cabeça erguida na vida pública da Nação.

Em 1763, para melhor atender à defesa do Sul do Brasil, o Marquês mandou transferir a capital da colônia da Bahia para o Rio de Janeiro. É que, em setembro de 1762, Dom Pedro Ceballos, governador de Buenos Aires, depois de receber uma “ordem secreta” para atacar os estabelecimentos portugueses, investira contra a Colônia do Sacramento e dela se apoderara. Invadira, logo após, o território do Rio Grande do Sul e ocupara a vila de São Pedro do Rio Grande. Diz Carlos Correa LUNA: “Era com toda a certeza sócio da judiaria portenha nessa pirataria, porque vivia de fraudes a ladroagens no cargo, sendo o *contrabando* sua especialidade... Saqueou o quanto pôde na invasão...”⁽⁵²⁾

O Tratado de Paris, firmado em 10 de fevereiro de 1763,

(49) Gustavo BARROSO. *Op. cit.* p. 141

(50) H. BOEHMER. *Les Jesuites. Paris, 1910, p.268-274.*

(51) Houston CHAMBERLAIN. *La Genèse du XIX Me. Siècle. Paris, 1913, Tomo I, p. 346.*

(52) Carlos Corrêa LUNA. *Apontamentos Históricos. São Paulo, 1934, p. 55-59.*

mandou restituir a praça de Sacramento aos lusitanos "e outra vez os judeus voltam a ganhar rios de dinheiro no contrabando".(53)

Carlos III, rei da Espanha, entendendo ser necessário resolver de uma vez por todas a disputa em torno da posse de Sacramento, arrancando de vez dos vizinhos a margem esquerda do Prata, ordenou que o mesmo Dom Pedro Ceballos se preparasse o melhor possível para a reconquista.

Com efeito, uma formidável expedição (para o tempo e lugar quando e onde se desenvolveu), conquistou a base da ilha de Santa Catarina e retomou a disputada fortaleza do estuário platino. Tudo foi arrasado. Entupiram-se os canais de acesso ao porto com barcos cheios do entulho das demolições.

O Tratado de Santo Ildefonso, firmado em 1º de outubro de 1777, estabeleceu que a Espanha devolveria a Portugal a ilha de Santa Catarina, ocupada por conquista mas não por direito, ficando, porém, não apenas com a Colônia de Sacramento, mas ainda com a área dos Sete Povos das Missões. Significa dizer que o domínio castelhano se estendia para o norte até quase às margens do Ibicuí.

Como primeira consequência desse tratado, que fixava ajustes tão prejudiciais aos interesses lusitanos na América, instalou-se um clima de grande tensão, em que portugueses e espanhóis puseram-se a depredar as propriedades situadas nas áreas contestadas, perturbando a paz ainda não consolidada da campanha rio-grandense.

Apesar dos ajustes do Tratado de Santo Ildefonso, o Brasil Reino conquistaria, já no século XIX, não apenas a Colônia de Sacramento, mas toda a Banda Oriental, sob a visão geopolítica de Dom João VI. O Brasil Império a perderia para sempre numa guerra infeliz, manietado por uma errônea política interna, depois de 10 anos de domínio. Diz Gustavo BARROSO: "Todas essas tomadas e retomadas haviam custado o esforço e o sangue de muitos homens ilustres e, enquanto isso, Israel enriqueceu-se no contrabando sem derramar uma só gota de suor ou sangue..."(54)

Antes de examinar a perda definitiva de Sacramento, não por Portugal, mas pelo Império brasileiro, convém descrever,

(53) *Antónlo ALCEDO*. Dicionário Geográfico-Histórico de las Índias Occidentales, 1778 - Artigo "La Colonia del Sacramento".

(54) *Gustavo BARROSO*. *Op. cit.* p. 144.

em síntese, o painel amplo em que se desenrolariam aqueles fatos históricos. Eis o que descreve Gustavo BARROSO: “Inaugurava-se no mundo a era dos empréstimos. Os povos pediam cartas constitucionais; os governos dos povos pediam dinheiro. A maçonaria dava as cartas, o judaísmo dava o ouro. Assim, os poderes políticos minguavam diante dos poderes secretos e dos poderes financeiros, os primeiros a reboque destes. Desta sorte, as soberanias nacionais começavam a curvar-se diante da internacional maçônica e da internacional bancária...”⁽⁵⁵⁾

A Independência brasileira nasceu contaminada por essa associação funesta: seus ideais foram assentados no pensamento maçônico de José Bonifácio e de seus acólitos; financiou-a o banco londrino de Rotschild. A independência política conquistada, era apenas nominal, uma pantomina; nasceu ideológica e financeiramente acorrentada a fatores exógenos, dos quais não se libertou até os dias atuais. Ideologicamente, continuava as “forças ocultas” a controlar o pensamento e a determinar o que “*se deve dizer*” e o que “*não se deve dizer*”. Financeiramente, o país continua afogado em uma dívida impagável (principalmente porque já paga em muitas vezes o seu valor).⁽⁵⁶⁾

O Brasil-Império herdara a Província Cisplatina do Brasil-Reino. Sucessor de uma situação de fato, que lhe era favorável, só lhe cumpria mantê-la. Bem que o jovem Imperador tentou assegurar o domínio brasileiro sobre aquele território. Todavia, contra ele se aglutinaram forças poderosas. Diz Gustavo BARROSO: “Como havia um Imperador a destronar, a maçonaria criou a falsa opinião geral de que a guerra era mero capricho pessoal de D. Pedro I. Como a luta custasse dinheiro e sangue, naturalmente o povo se tornou contrário a ela, influenciado pela propaganda daqueles que tramavam o enfraquecimento do poder central e o conseqüente esfacelamento do Império brasileiro.”⁽⁵⁷⁾

A Argentina queria reconquistar a Banda Oriental para

(55) Gustavo BARROSO. *História Secreta do Brasil. Vol. II. Porto Alegre, Revisão Editora Ltda., p. 51.*

(56) Para aprofundar-se no problema da dívida externa brasileira, indica-se a leitura de “Brasil — Colônia de Banqueiros”, de Gustavo BARROSO, publicado pela Revisão Editora Ltda.

(57) Gustavo BARROSO, *Op. cit. (Vol. II), p. 74.*

refazer o Vice-Reinado. Os cisplatinos, por sua vez, desejavam sua independência. O governo argentino fomentava a independência dos vizinhos, auxiliando-os, inclusive, com armamentos. Depois, tudo ficaria mais fácil, Bastaria, sem arriscar-se em um guerra contra o Império brasileiro, confiscar a liberdade conquistada pelos uruguaios.

Os eternos recolhedores de despojos fomentavam as dissenções em proveito próprio: "O judaísmo internacional açulava a ambição argentina, a ansiedade uruguaia e também o instinto de conservação imperial, para tirar partido de todos, enfraquecendo-os, desfalcando o Brasil da margem esquerda do Prata, arrancando à Argentina a Banda Oriental e criando o Uruguai, Estado-Tampão, destinado a nunca se expandir e susceptível de oferecer, num ponto nevrálgico do continente, uma brecha para qualquer ação futura."⁽⁵⁸⁾

A 19 de abril de 1825, à frente de 33 companheiros, Lavalleja desembarca na Agraciada, no local denominado Cañada de Gutierrez, e concita a gauchada oriental a lutar pela independência da Banda Oriental. De Buenos Aires vinham os recursos de que carecia Lavalleja. O caudilho Frutuoso Rivera, a serviço do Brasil, trai o Império e passa-se para o inimigo, cujas hostes engrossavam diante da inação das guarnições brasileiras.

Gustavo BARROSO assim descreve os fatos que se sucederam:

"Seis meses após o desembarque dos 33 (ou 34), Buenos Aires desmascarava as baterias, como observa Alberto RANGEL. Declarava-se a guerra. Nossa esquadra bloqueia o Prata. A Argentina retruca, autorizando o corso. Aventureros de todas as nações, flibusteiros de todos os portos, de mãos dadas às forças maçônico-judaicas, espalham-se pelas nossas costas, preando os navios de comércio. Todavia, quando a Armada Imperial apresava qualquer embarcação em flagrante de forçamento do bloqueio, mesmo carregada de contrabando de guerra, isso dava lugar a reclamações inamistosas dos governos estrangeiros obedientes aos pontos que lhes assopravam a lição, reclamações

(58) Gustavo BARROSO. *Op. cit.* (Vol. II), p. 75. (Com base em Amadeu BALDRICH e Alberto RANGEL.)

que suscitaram muitas vezes graves dificuldades e embaraços diplomáticos.”⁽⁵⁹⁾

Tudo contribuía para a derrota brasileira:

“O Imperador entregara o comando ao Marquês de Barbacena, que encontrara as tropas em petição de miséria, os efetivos reduzidos pelas doenças e deserções, a indisciplina e a falta de preparo reinando, os mandriões, os covardes e os desalentados em maioria, servindo de mau exemplo, carência de víveres, de armas, de remédios, de munições e de fardamentos... Oito meses de soldo em atraso...”⁽⁶⁰⁾

Em 1827, o ministro Araújo dizia a Martius: “Sem o Uruguai e as ribanceiras de La Plata, o Brasil não pode descansar.” Vã esperança de um idealista!

Antônio Augusto de AGUIAR, fiel biógrafo de D. Pedro I, assegura:

“Como se impunha salvar a Argentina impossibilitada dum triunfo militar decisivo no mar ou em terra, como se impunha amputar o Brasil de seu prolongamento sobre o Prata, na partida do xadrez político, jogada na América do Sul pelo judaísmo-maçônico, entrou em cena a peça mais poderosa: a Rainha da Inglaterra. Movida pelo governo oculto que o judeu d’Israel reconhecia no famoso “Discurso de Aylesbury”, a Inglaterra moveu-se e o ministro inglês em Buenos Aires fez-se a alma da política internacional do continente.”⁽⁶¹⁾

D. Pedro I sempre estivera animado das melhores intenções para com seus vizinhos, fosse qual fosse a forma de governo, e jamais mandara exércitos de observação à fronteira da Argentina, nem tampouco provocara a guerra. O Brasil independente herdara a Cisplatina e a incorporara pacificamente. Dera todos os passos para a paz e outra coisa não desejava senão a concórdia com seus vizinhos. Afastou-se o Brasil da forçada mediação britânica e a diplomacia imperial obteve o maior

⁽⁵⁹⁾ *Idem*, p. 75 (*idem em relação às fontes citadas pelo autor*).

⁽⁶⁰⁾ Alberto RANGEL. D. Pedro I e a Marquesa de Santos, p. 173.

⁽⁶¹⁾ Antônio Augusto de AGUIAR. Vida do Marquês de Barbacena. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1896, p.234.

triufo possível para o momento. Firmou-se uma convenção preliminar em 27 de agosto de 1828. O Imperador outorgava independência integral à Cisplatina, que passaria a constituir Estado livre e soberano, sob a guarda de seus vizinhos. Os uruguaios restituíram ao Império as Missões, de que Rivera se apoderara em pleno curso das negociações de paz.

O Brasil cedia uma Província — a Cisplatina, porém o Vice-Reinado ficava para sempre mutilado. Surgia na América uma nação jovem, transformada, em breve, pelo esforço de seu povo laborioso, numa “nova Suíça”.

O jovem Imperador brasileiro procedeu na contra-mão dos interesses maçônicos-judaicos de sua época. E pagou caro por isso. As palavras de Gustavo BARROSO, acerca do desfecho da questão Cisplatina, se prestam muito bem para a conclusão desta abordagem:

“Mais uma vez D. Pedro I contrariava os desígnios das *forças ocultas* que o haviam entronizado na esperança de torná-lo seu instrumento dócil. O “ingrato”! exclamaria o povo maçônico pelo punho de Ledo no Manifesto assinado por José Bonifácio. Estava, portanto, irremissivelmente condenado. Já se ajuntava a lenha do sacrifício para acender a pira do 7 de abril (a abdicação), quando Guatimozin, que abandonara a sombra da Acácia, seria assado nas grelhas da renúncia. Como Azteca, não se queixou e também não fora deitado num leito de rosas...”⁽⁶²⁾

CONCLUSÃO

De 1680 a 1828, isto é, do desembarque da expedição de Dom Manuel Lobo à convenção que outorgou independência à Província Cisplatina, decorreram 148 anos. Várias gerações de luso-brasileiros e castelhanos deram seu sangue pela posse de Sacramento, fazendo-a mudar de mãos um sem número de vezes. De um lado e de outro, pontificou o idealismo, o amor

(62) Gustavo BARROSO. *Op. cit.* [Vol. II], p. 78.

ao pavilhão que defendiam. pela vastidão do pampa, os centauros escreveram história com o tropel dos cavalos e o retinir das espadas.

É o que nos informa a História oficial, e isto espelha com toda a certeza a realidade. As vitórias sorriram, alternadamente, para ambos os lados, atestando que naqueles confins da América do Sul, ao sopro do minuano e à cavalgada dos guascas, não havia lugar para derrotados.

Mas a História tem escondido uma outra realidade. Misteriosamente, muitos livros sumiram das prateleiras das livrarias e até de bibliotecas públicas. Os "inquisidores" de nossa época, agindo como se fossem traças ou cupins, procuraram apagar, com extremo zelo, qualquer vestígio do passado desabonador. No que concerne a Sacramento, isto se repete mais uma vez. Procura-se enaltecer o herói, o soldado que deu sua vida em cada tomada ou retomada da fortaleza das margens do Prata. Esquece-se das "vivandeiras" que acompanhavam aqueles denodados, indiferentes à sorte dos combates e às cores da bandeira vitoriosa...

BIBLIOGRAFIA

1. ABREU, Capistrano de. *Denunçações da Bahta*. Ed. Capistrano.
2. AGUIAR, Antônio Augusto de. *Vida do Marquês de Barbacena*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1896.
3. ALCEDO, Antônio. *Diccionario Geográfico-Histórico de las Indias Occidentales*. Artigo "La Colonia del Sacramento", 1778.
4. ANAIS. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Doc. nº 1988.
5. ANAIS. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Doc. nº 4494.
6. ANAIS. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Doc. nº 4495.
7. ARAÚJO, O. *Resumen de la Historia del Uruguay*. Montevidéo, 1931.
8. AZAMBUJA, Pércles. *História das terras e Mares do Chui*. Caxias do Sul, UCSul- ESPSLdeBrindes, 1978.
9. BARROSO, Gustavo. *Brasil - Colônia de Banquetros*. Porto Alegre, Revisão, 1989.

10. BARROSO, Gustavo. *História Secreta do Brasil*. Vol. I. Porto Alegre, Revulsão, 1990.
11. BARROSO, Gustavo. *História Secreta do Brasil*. Vol. II. Porto Alegre, Revulsão, 1991.
12. BOEHMER, H. *Les Jesuites*. Paris, 1910.
13. CALMON, Pedro. *História Social do Brasil*. Tomo I e II. São Paulo, 1937.
14. CAPURRO, Fernando. *La Colonia del Sacramento*. Montevideu, 1928.
15. CASTRO, Therezinha de. *Retrato do Brasil — Atlas-Texto de Geopolítica*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1986.
16. CHAMBERLAIN, Houston. *La Genése du XIX Me. Siécle*. Paris, 1913.
17. COCHIN, A. *L'Abolition de l'Esclavage*. Vol. II. Paris, 1851.
18. COUTO, Loretto. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Edição da Academia Brasileira de Letras, s. d.
19. FORD, Henry. *O Judeu Internacional*. Porto Alegre, **Globo**, 1935.
20. GARCIA, Rodolfo. *Os judeus na História do Brasil*. Ed. Uri Zwerling, s. d.
21. GUIMARÃES, Argeu. *Os Cristãos-novos portugueses na América espanhola*. Ed. da Academia Brasileira de Letras, s. d.
22. GUIMARÃES, Argeu. *Os Judeus Portugueses e Brasileiros na América Espanhola*. In: "Journal de la Societé des Americanistes"-XVIII.
23. JORNAL. A Diplomacia vence a força das Armas. *Zero Hora*. Caderno Especial nº 2. Porto Alegre, Editora ZH, 25 de setembro de 1993.
24. LEITE FILHO, Solidônio. *Os Judeus no Brasil*. Rio de Janeiro, J. Leite & Cia., 1923.
25. LUNA, Carlos Corrêa. *Apontamentos Históricas*. São Paulo, 1934.
26. MATOS, Gregório de. *Obras*. Rio de Janeiro, Ed. Academia Brasileira de Letras. Vol. IV, s. d.
27. NOBRE, Fernando. *As Fronteiras do Sul*. São Paulo, 1922.
28. PALMA, Ricardo. *Anales de la Inqutsición de Ltma*. 3. ed. Madrid, 1897.
29. PYRARD, François. In: Simonem MARQUES. *Brasilia Pontificta*. Lisboa, 1749.
30. RANGEL, Alberto. *D. Pedro I e a Marquesa de Santos*. São Paulo, Nacional, 1938.
31. RIBEIRO, João. *História do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1946.

32. SÁA, Mário. *A Invasão dos Judeus*. São Paulo, 1935.
33. TAQUES, Pedro. *Nobiliarquia Paulistana*. São Paulo, Taunay, s. d.
34. TAUNAY. *Na Baía Colonial*. Rio de Janeiro, Ed. Academia Brasileira de Letras, 1933.
35. VARNHAGEN. *História Geral do Brasil*. 3. ed. São Paulo, Nacional, 1937.
36. VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais*. 3. ed. São Paulo, Taunay, s. d.

LIVROS À VENDA NA REVISÃO EDITORA LTDA.

- HOLOCAUSTO JUDEU OU ALEMÃO?, de S. E. Castan. O que realmente aconteceu.
- HOLOCAUSTO JUDIO O ALEMÃO?, de S. E. Castan em espanhol.
- HOLOCAUST — JEWISH OR GERMAN?, de S. E. Castan, em inglês.
- HOLOCAUST — Der Juden oder der Deutschen?, idem, em alemão.
- ACABOU O GÁS!... O FIM DE UM MITO, de S. E. Castan. Engenheiro norte-americano desmente câmaras de gás.
- S. O. S. PARA ALEMANHA, de S. E. Castan. Sensacionais revelações e constatações.
- A IMPLOÇÃO DA MENTIRA DO SÉCULO, de S. E. Castan. O derradeiro ato da farsa do "holocausto".
- AUSCHWITZ E O SILÊNCIO DE HEIDEGGER — OU "PEQUENOS DETALHES", de Dr. Roger Dommergue Polacco de Menasce.
- O MASSACRE DE KATYN, de Sérgio Oliveira. Ponto final à farsa de quase meio século.
- HITLER CULPADO OU INOCENTE?, de Sérgio Oliveira. Novos fatos e provas referentes à II Guerra Mundial.
- SIONISMO X REVISIONISMO, de Sérgio Oliveira. Fantasias contra realidades.
- A FACE OCULTA DE SACRAMENTO, de Sérgio Oliveira. Novíssimas revelações e segredos da História do Brasil.
- A HISTÓRIA DO LIVRO MAIS PERSEGUIDO DO BRASIL, do Jornal RS. Amplo comentário e entrevista com S. E. Castan.
- QUEM ESCREVEU O DIÁRIO DE ANNE FRANK?, de Robert Faurisson. Esclarecendo outra farsa que sensibilizou o mundo.
- CARTA AO PAPA, do Gen. Leon Degrelle. Enviada a João Paulo II quando visitou Auschwitz.
- CONDENADO À MORTE AOS 24 ANOS, de Georges Laperche. A face nunca revelada da "resistência francesa".
- OS CONQUISTADORES DO MUNDO, de Louis Marschalko. Quem nos governa? Obra vigorosa e de impacto.
- O JUDEU INTERNACIONAL, de Henry Ford. Impressionantes revelações e previsões do gênio da indústria automobilística
- BRASIL — COLÔNIA DE BANQUEIROS, de Gustavo Barroso. Um histórico dos nossos empréstimos e dívidas.
- OS PROTOCOLOS DOS SÁBIOS DE SIÃO, de Gustavo Barroso. Faz a melhor análise do famoso plano de dominação mundial.
- HISTÓRIA SECRETA DO BRASIL — Vol. I, II, III, IV, V e VI, de Gustavo Barroso. A história que gostariam de eliminar.
- A BÍBLIA — Velho Testamento, em quadrinhos coloridos. Edição de luxo.
- O CACHORRO, de Marco Pollo Giordani (ficção policial).
- SAPO GAITEIRO E BUGIO DOMADOR, de Marco Pollo Giordani (infantil).
- TEBAS O PEQUENO CAMPEADOR, de Marco Pollo Giordani (infantil).
- BAÚ DE RECUERDOS, de Galvão de Almeida Souza (poesia tradicionalista).

Atenção: As presentes obras destinam-se para estudos/pesquisas em geral e como contribuição para a ampliação do conhecimento/aperfeiçoamento do cidadão brasileiro sobre História e Política Mundial.

PEDIDOS DE LEITORES E LIVRARIAS PARA: REVISÃO EDITORA LTDA.
Caixa Postal 10466 — CEP 90001-970 ou Fone e Fax (051) 223.16.43 —
PORTO ALEGRE — RS — BRASIL.

ADQUIRA — LEIA — PRESENTEIE — DIVULGUE

Os livros fundamentais para a compreensão da história.